

MOVIMENTO DOCENTE NO BRASIL: OS LIMITES DAS SUAS PALAVRAS DE ORDEM- CIDADANIA E DEMOCRACIA JÁ

Maria de Fátima Rodrigues Pereira (UTP/ Brasil)

Os filósofos só interpretaram o mundo de diferentes maneiras; do que se trata é transformá-lo (Karl Marx. Ad Feuerbach).

RESUMO

Os economistas, com base na queda das taxas globais de acumulação, têm considerado a década de 1980 perdida. O Brasil que tinha acelerado o processo de industrialização, apresentou, também, taxas negativas após alto crescimento na década de 1970. Como contratendência, foram incorporados resultados de pesquisas científicas e tecnológicas, da formação profissional. Politicamente, os objetivos eram múltiplos e heterogêneos: a burguesia estava empenhada em mudar o estilo de dominação política, as classes trabalhadoras urbanas e rurais chocavam-se abertamente com a política social e salarial da ditadura militar. Neste cenário, desenvolveram-se, com vistas a ampliar os espaços de participação política na socialização da riqueza e do poder - os movimentos sociais - entre os quais o dos educadores. Duas foram as pautas de luta: 1 conquista de direitos trabalhistas teve na greve seu instrumento de atuação; 2 defesa da democratização da educação, do planejamento participativo, da cidadania. Esta comunicação analisa os paradoxos da democracia e cidadania enquanto direitos abstratos, conformados aos interesses burgueses do atual modo de existência. Apresenta os limites históricos das lutas do movimento docente para a consecução da emancipação humana.

Palavras-chave: movimento docente; cidadania; democracia; emancipação.

INTRODUÇÃO

O Brasil viveu, na década de 1980, um complexo processo histórico marcado, pela já reestruturação do capital monopolista em nível mundial que entre outras decorrências, afetava o Estado brasileiro na captação de empréstimos externos.

Neste contexto, ao ser elevado o grau de exploração da força de trabalho ocupada, ao ser ampliada a submissão dos trabalhadores

ao capital, ao elevar-se a massa de assalariados e ao gerar-se uma superpopulação relativa com rapidez ainda maior, pelo emprego de métodos de trabalho produtor de mais-valia relativa – obrigou-se a classe trabalhadora a ampliar os espaços coletivos de defesa de seus interesses. (Neves, 2002, p. 12).

O clima era de tensão em todo o país. A situação econômica agravada por altos índices inflacionários corrompia o poder aquisitivo da classe trabalhadora. Por todo o país, entre janeiro e outubro de 1979, alastraram-se movimentos grevistas. Logo no início do Governo Figueiredo, 160 mil metalúrgicos do ABC entraram em greve, reivindicavam um aumento salarial de 78%. Em maio do mesmo ano, cerca de 10 mil estudantes faziam em Salvador - BA o Congresso Nacional dos Estudantes, sinal de reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE). Em junho, foi a vez de 100 mil professores de Pernambuco e Minas Gerais. Além dos bancários, haviam parado em Porto Alegre, vigilantes, calçadistas, costureiras, caminhoneiros. Num processo de abertura do regime, em agosto de 1979, foi promulgada a anistia parcial e restrita, seguida, em setembro, pela nova Lei Orgânica dos Partidos.

MOVIMENTO ESTUDANTIL

Neste contexto, e como sinal da existência de forte oposição aos rumos políticos e econômicos no Estado de Santa Catarina e do país, que, ao final da década de 1970, os estudantes do Diretório Central da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e alguns professores que os apoiavam se manifestaram em Florianópolis.

O Cenário desta manifestação foi o da presença do Presidente da República de então, general Figueiredo, o último dos presidentes militares – no Estado a convite do governador Jorge Konder Bornhausen, que desejava atrair o governo federal para o projeto da construção da Siderurgia do Sul Catarinense (Sidersul) – Florianópolis foi palco de uma manifestação que reclamava que as oligarquias tinham que se compor com o “cheiro do povo”. Anunciada com pompa e circunstância pela imprensa, a visita, cujo “ponto alto seria um churrasco de milhares de talheres” (Auras, 1991), acabaria se transformando num sinal de que os ventos estavam mudando no cenário político brasileiro e catarinense. A “Novembrada”, como ficou conhecida por acontecer no dia 30 de novembro, compõe o quadro

do cenário de resistência à desoneração e ao controle do estado para a formação de professores que vinha sendo conduzido desde 1961. Os preparativos da festa para a chegada da comitiva presidencial foram grandes; o cenário foi montado com atores principais, com aqueles que estavam no poder e com os coadjuvantes – o povo e os funcionários públicos trazidos de todo o estado. Algo de festa encomendada estava no ar: um balão de gás hélio, suspenso bem alto no aterro da Baía Sul, que custara 57 mil cruzeiros, saudava o presidente; bandeirolas nas mãos de crianças e funcionários públicos; camisetas estampadas com o nome do presidente e do governador; fogos de artifício beiravam a farsa e a provocação. Em frente ao Palácio Cruz e Souza, sede do governo do Estado, populares quando entrevistados pela televisão declaravam abertamente o seu inconformismo; no trecho costeiro um grupo de donas de casa recebeu a comitiva presidencial com sonoras batidas em suas panelas vazias (Srouf, 1982, p. 82). Num momento em que o governo do estado apostava na saudação ao militar presidente, cerca de 30 estudantes do Diretório Central dos Estudantes da UFSC ergueram seis faixas de protesto, com dizeres relativos às condições de vida: “Abaixo a fome”, “Não sorria, a panela do povo está vazia”, “Chega de sofrer, o povo quer comer”, “Abaixo a exploração”, “Por melhores condições de trabalho”, “Mais arroz e mais feijão”. É com o texto vivo de Robert Henry Srouf, com colaboração de Remy Fontana, que, hoje nos transpomos de forma que presenciemos os acontecimentos. Na praça, aglomeravam-se em torno de 4 mil pessoas: funcionários públicos, escolares, engraxates, motoristas de táxi, muitas crianças, lumpen das favelas incrustadas nos morros que circundam o centro de Florianópolis, manifestação do êxodo do campo e da exclusão social do homem do campo, office boys, guardadores de automóveis, comerciários, aposentados.

Os estudantes tinham preparado um panfleto cuja vigia mestra era a carestia de vida, distribuído entre os presentes na Praça XV de Novembro. Ao ato do desfraldar das faixas, veio a repressão. O presidente e o governador na sacada do palácio fazendo

discurso que já era respondido com os slogans estudantis com ecos aqui e ali de coros que os repetiam. De modo geral, os populares acantonados na praça podiam ser divididos em três fatias: os raros, que aprovavam os discursos e as manifestações oficiais com aplausos, talvez um quinto que participava ativamente das vaias e

protestos e que, aos poucos, agregava adesões, a maior parte dos presentes, curiosos e cúmplices, a um só tempo, atentos ao desenrolar do evento e endossando tacitamente as palavras de ordem (Srou, 1982, p. 887-888). Com a descida do presidente, do governador, das comitivas e dos seguranças do Palácio do Governo – quando entre apupos, vaías e apoios tentaram fazer discursos para o calçadão da rua Filipe Schmith – para visita ao Ponto Chic, um café que se encontra a duas quadras do palácio e denominado “Senadinho” – tradicional ponto de encontro de políticos, intelectuais, boêmios e aposentados, onde o presidente receberia o diploma de amigo do “Senadinho” –, as manifestações se transformaram em xingamentos pessoais. Não eram mais os estudantes, mas populares, com destaque para moleques engraxates, guardadores de automóveis e office boys. Assim que o general saiu do café, as palavras de ordem se converteram em palavrões. Figueiredo parou, tirou do bolso um lenço e passou-o no rosto vermelho. Depois, inesperadamente, enfrentou um jovem de cabelos compridos que o insultou cara a cara: “Ofensa pessoal eu não admito, minha mãe não tem nada a ver com isso.” (Srou, 1982, p. 94). Ainda conforme Srou (1982, p. 95), a muito custo o presidente foi retirado do meio do tumulto: quatro policiais se empenharam na tarefa de abrir caminho até o carro oficial, que partiu em alta velocidade, rumo ao município de Palhoça, distante 12 quilômetros da capital. Manifestantes concentrados na Praça XV de Novembro formaram então um “corredor polonês” e passaram a chutar e a dar murros nos últimos carros da comitiva. Vários veículos acabaram extraviados. Porém, a saída das autoridades federais e estaduais não aplacou a ira popular; ao contrário, a partir daí os manifestantes se apoderaram da praça e acuraram os policiais militares. Todas as faixas de saudação foram arrancadas, rasgadas e queimadas, num delírio festivo. O Palácio Cruz e Sousa foi atacado com pedras e paus, lançados principalmente contra os vidros das janelas e contra a sacada onde havia estado o general. O presidente da OAB-SC tentou intervir, advertindo que toda “desordem só vai prejudicar” e foi vaiado. Insistiu, apelando para as manifestantes que acabaram aplaudindo-o em coro: “Ele é nosso, ele é nosso”. Um vereador arenista, por sua vez, bastante revoltado, insultava os populares, chamando-os de “comunistas”. A situação se tornou então divertida, porque um quiproquó se formou: induzida em erro, na crença de que o vereador apoiava suas ações, a multidão o carregou

nos ombros. Este levantava os braços, apalermado, agradecendo por ser a estrela involuntária de um desfile em plena praça. O mesmo aconteceu com um mendigo, eleito "presidente". (Os coadjuvantes eram, agora, atores principais.). Ao meio-dia, 20 professores da UFSC desceram a rua em frente ao palácio portando cartazes que reivindicavam melhores salários para os docentes universitários. A demonstração trouxe novo alento aos populares. Tanto assim que alguns deles desceram correndo em direção ao parque do aterro que medeia a Praça XV de Novembro e a Baía Sul, onde balançava um balão de gás hélio, com dizeres irônicos: "João, presidente da conciliação". Puxado para baixo e estourado, o balão foi arrastado pela rua e despedaçado.

Eis o cenário do início do processo conhecido como "democratização na educação catarinense", durante o qual os professores estaduais propuseram que o Estado se onerasse da formação deles, reivindicaram participação de representação na Secretaria de Educação e no CEE e desvinculação da educação da formação para a produção. Nesse cenário complexo, contraditório, de fortes movimentos sociais reivindicatórios, o controle e a desoneração do Estado vão ser questionados pelos educadores organizados num movimento marcado por greves, que se desdobrou no que ficou conhecido como Planejamento Participativo, e pela elaboração do terceiro Plano de Educação para o Estado de Santa Catarina.

MOVIMENTO DOS EDUCADORES E SEU MOTE: DEMOCRACIA E CIDADANIA

Os educadores organizados, principalmente, na Associação dos Licenciados de Santa Catarina (Alisc), face a uma desvalorização de 328% acumulada entre os anos de 1969 e 1983 faziam a primeira greve no começo da década de 1980, no governo Jorge Konder Bornhausen (1979-1983). No interior do Estado, a adesão à greve pela primeira vez foi grande. No inverno rigoroso, em Caçador, as professoras grevistas, quase sempre reunidas nos salões paroquiais das igrejas católicas, enquanto cantavam músicas de protestos e ouviam os líderes da greve tricotavam casacos de lã para vender sustentar a greve.

Concomitantemente, seguia a organização do movimento, a reivindicação de um Planeamento Participativo, a participação na elaboração do Plano Estadual de Educação.

Neste processo, o mote foi constituído por duas palavras: democracia e cidadania.

Ainda que democracia seja aparentemente uma forma exclusiva do Estado na ordem burguesa (pode haver outras formas, como a ditatorial), na verdade, e conforme Lenine (1980), no seu texto *Estado e Revolução*, o Estado burguês não foi o único tipo de Estado de classe a poder organizar - se alternadamente como democracia e como ditadura: além das democracias burguesas, existem, igualmente, democracias

escravistas (exemplo de Atenas) e democracias feudais (exemplo das Repúblicas italianas na Idade Média).

Evidentemente, para Lenine esses diferentes tipos de democracia não se equivalem. Num Estado burguês, a democracia é mais desenvolvida (ampliação, extensão) que em qualquer Estado pré-burguês (escravista, feudal); é que, se todos os tipos de democracia têm em comum o fato de implicarem uma participação mais ou menos ampla da classe exploradora, apenas a democracia burguesa permite um mínimo de organização à classe explorada. Na democracia burguesa, direitos como liberdade de reunião, de associação, de palavra e de imprensa são usufruídos prioritariamente pelas classes proprietárias que dispõem de prédio, meios de comunicação, dinheiro e tudo quanto seja necessário para transportar essas liberdades do plano da Constituição para o plano da prática cotidiana de classe; mas a classe explorada pode, graças a um esforço coletivo, chegar a usufruir minimamente desses direitos e a constituir, assim, alguma forma de organização da luta contra a classe exploradora. Lenine nos revela, portanto, o duplo aspecto da democracia burguesa: de um lado, o seu caráter de classe, do outro, o seu maior desenvolvimento, comparativamente às democracias pré-burguesas.

Mas, e também, se a república democrática é a melhor forma política de Estado para o proletariado em regime capitalista, não se pode esquecer que a democracia só se legitima, para a classe trabalhadora, quando apresenta duplo sentido: a proteção das instituições democráticas, mas também a sua superação.

É preciso atribuir, portanto, as devidas finalidades à democracia.

Da mesma maneira cidadania coloca –se em relação a sociedades onde há conflitos de classes. Diz respeito às relações com o Estado, que é a maneira como as sociedades atravessadas por interesses antagônicos organizam os seus conflitos. Nas sociedades antigas, gregas e romanas, houve fortes lutas para a ampliação de direitos de pertença à polis; no caso da Grécia, a politeia, no caso de Roma, a civitas englobava a cidade e o estado. “Se para os gregos havia primeiro a cidade, pólis, e só depois o cidadão, polites, para os romanos era o conjunto de cidadãos que formava a coletividade” (Funari, in: Pinsky, 2003, p. 50). Na Idade Média, cidadania dizia respeito à pertença ao mundo cristão, já que a ordem se fazia pelas relações com Deus mediadas pela Igreja Católica Apostólica Romana. É no contexto da modernidade e na constituição dos Estados modernos, quando a política desce do céu à terra e se estabelece a ordem burguesa, que temos de entender o conceito de cidadania, porque a ordem hoje ainda é burguesa. A Revolução Francesa consagrou o termo *citoyen* em oposição a súdito na relação com o Estado absolutista em que o Estado era o rei. “L’Etat sait moi” dizia Luis XIV, era a ele que os súditos se dirigiam. Fundamentada inicialmente nos princípios do movimento iluminista de igualdade, fraternidade e liberdade, foi se fazendo, no confronto intenso dos interesses das classes sociais e suas subdivisões, frações de classe. Após a perda da hegemonia (condução do processo) pelos jacobinos e a Conspiração dos Iguais que pela voz de Grachus Babeuf (1760-1790), ex-jacobino, “propunha uma nova revolução – ‘a última, a definitiva’ –, que extinguiria o direito à propriedade privada da terra e firmaria o princípio socialista (o termo ainda não era usado) de que o direito à propriedade era sempre limitado pelo interesse social” (Konder, in: Pinsky, 2003, p. 172).

Como se vê, a conquista dos direitos de cidadania se inscreve nas lutas históricas das classes trabalhadoras na ordem burguesa. O desfecho do processo da Comuna de Paris, que iniciou em março de 1871 e por 72 dias governou a cidade, foi a demonstração cabal de que cidadania, tal como era entendida e vem sendo feita, é, como democracia, o possível nos conflitos entre as classes trabalhadoras e o capital, na ordem burguesa.

Portanto, os seus limites e alcances dependem da correlação dos interesses e das forças entre o trabalho e o capital.

Neste processo, atuam como poderosos instrumentos de hegemonia, de formulação de consentimentos as ideologias. Conforme Marx e Engels, as idéias (Gedanken) da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritualmente dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas as ideias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As ideias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, concebidas como ideias: portanto, a expressão que torna uma classe em classe dominante; as ideias de sua dominação (Marx; Engels, 1986, p. 55-56).

PARADOXO DA DEMOCRACIA E CIDADANIA NA ORDEM BURGUESA

Os movimentos sociais, e o que apresentamos estruturou-se assim, são coletivos de sujeitos que estão em relação entre si e em movimento; que se formam a partir de um processo motivador de suas necessidades concretas de subsistência e ou de existência; que têm no confronto e na solidariedade, contrários necessários ao crescimento do grupo: de um lado a solidariedade como condição de identidade e fortalecimento da coesão do grupo; do outro lado o confronto, permitindo reconhecer as relações de desigualdade e dominação necessárias à percepção do conflito e ao aprendizado no lidar com tais conflitos na busca libertadora.

O movimento docente que analisamos empunhou bandeiras de democracia e cidadania. Cunhou sua luta com "extensa e profunda participação". Uma participação que exauria pelas limitadas conquistas no governo da educação no Estado e presença efetiva nos aparelhos do Estado, reivindicações negadas pelo próprio governo constituído, paradoxalmente, em nome da democracia e da cidadania.

Na verdade, o paradoxo da democracia e cidadania na ordem burguesa reside na promessa - simulacro da igualdade no poder de governar e usufruto dos bens socialmente produzidos, quando se mantém a posse privada dos meios de produção.

Movimento docente... *Maria de Fátima Rodrigues Pereira*

Democracia e cidadania, por si só, não dão conta de efetivas mudanças emancipatórias, pois, não anulam por superação as lutas de classe, ao contrário, constituem-se em ideologias que escondem a contradição entre os projetos históricos dos trabalhadores e dos capitalistas. O úmus que alimenta a democracia e a cidadania é justamente a desigualdade dos homens na posse dos bens necessários à vida, sem, contudo, atingir a sua superação. O mote democracia e cidadania é um invólucro ideológico que serve à regulação dos conflitos latentes e suterrados no limbo das disputas políticas parlamentares e eleitorais dos partidos políticos, daí o paradoxo entre o que promete de igualdade e sua concreticidade em manter, regular e administrar a desigualdade. “O proletariado a camada mais baixa da sociedade atual, não pode erguer-se, por-se de pé, sem fazer saltar todos os estratos superpostos que constituem a sociedade atual” (MARX e ENGELS, 1998, p. 50).

REFERÊNCIAS

AURAS, Marli. *Poder oligárquico catarinense: da guerra aos “fanáticos” do Contestado à “opção pelos pequenos”*. 1991. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.

LENINE, Vladimir Ilich. *Obras escolhidas*. v. 1. São Paulo: Alfa Ômega, 1980.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *Manifesto comunista*. Organização e introdução Osvaldo

Coggiola. São Paulo: Boitempo, 1998.

NEVES, Lúcia Maria W. (Org.). Brasil 2000. Nova divisão de trabalho na educação. São Paulo: Xamã, 2000.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

SROUR, Robert Henry; FONTANA, Remy (Colaborador). *A política dos anos 70 no Brasil: a lição de Florianópolis*. São Paulo: Econômica Editorial, 1982.

Recebido em: fevereiro de 2012

Publicado em: março de 2012